

Proxima Telecomunicações S.A

CNPJ/MF nº 40.120.343/0001-04 - NIRE 25.300.012.1

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 da **Proxima Telecomunicações S.A.**, sociedade por ações com sede social na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba, na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 575, pavimentos 18, 20 e 21, Centro, CEP 58.400-052 ("**Companhia**"), acompanhadas do presente Relatório da Administração sobre o desempenho das atividades da

Balança patrimonial		Notas	2025	2024
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	470	1.90	
Títulos e valores mobiliários	3	77.634	21.084	
Contas a receber	4	27.602	24.798	
Estoques	6	6.099	6.131	
Tributos a recuperar	5	8.216	6.362	
Despesas antecipadas		143	106	
Outros créditos		1.337	1.159	
Total do ativo circulante		121.501	61.547	
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Tributos a recuperar	5	3.103	4.731	
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	1.348	
Depósitos judiciais	21	386	186	
Outros créditos		1.398	849	
Direito de uso	13	17.911	21.264	
Imobilizado	6	160.089	152.299	
Intangível	7	73.707	90.416	
Total do ativo não circulante		256.594	271.093	

Total do ativo		<u>378.095</u>	<u>332.640</u>
----------------	--	----------------	----------------

Demonstração das mutações do patrimônio líquido		Capital social
	Notas	
Saldos em 31 de dezembro de 2023		76.533
Recompra de ações para tesouraria	15 (b)	-
Lucro líquido do exercício		-
Destinação do lucro:		
Reserva legal	15 (d)	-
Distribuição de dividendos	15 (c)	-
Retenção de lucros	15 (d)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		76.533
Aumento de capital social	15 (a)	3.639
Recompra de ações para tesouraria	15 (b)	-
Lucro líquido do exercício		-
Destinação do lucro:		
Reserva legal	15 (d)	-
Reserva de Incentivos fiscais	22	-
Distribuição de dividendos	15 (c)	-
Retenção de lucros		-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		80.172

Contexto operacional: A Proxima Telecomunicações S.A., ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 15 de setembro de 2020, com sede no município de Campina Grande, estado da Paraíba, e tem por objeto social serviços de comunicação multimídia SCM, construção e manutenção de estações e redes de telecomunicações, serviços de telefonia fixa, operadoras de televisão por assinatura por cabo, provedores de acesso à internet, entre outros. A Companhia possui escritórios na cidade de Campina Grande, Paraíba, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia.

Autorizações: Os serviços ofertados pela Companhia, bem como as tarifas cobradas, foram autorizados em 08 de janeiro de 2021 pela Agência Nacional de Telecomunicações "ANATEL", órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil de acordo com a Lei Geral de Telecomunicações e seus respectivos regulamentos. 2. **Políticas contábeis**

As demonstrações contábeis da Companhia são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão dos Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e em conformidade com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Os dados das demonstrações contábeis foram preparados de acordo com o *CPC 07, Entidades*, publicado em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto para instrumentos financeiros negociados em mercados ativos e passivos reconhecidos que representam itens sujeitos a hedge ao valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, está ajustado para demonstrar as variações nos valores justo atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge. A administração avaliou a capacidade da Companhia continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para o gerenciamento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram consideradas razoáveis tendo em vista a natureza subjetiva inerente às mesmas, porém não há provisão para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangíveis e de sua recuperabilidade nas operações; avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas com contas a receber. A liquidação das transações inerentes aos registros nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A apresentação da Demonstração do Fluxo Adicionado (DFA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) não estão apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. O exercício social da Companhia compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro. **Aprovação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 11 de fevereiro de 2026, sob o fundamento de que a Administração acredita que tais demonstrações refletem uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto uma receita deve ser reconhecida. As receitas são reconhecidas no resultado quando seu valor mensurado de forma confiável, os serviços foram efetivamente prestados e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida caso haja incerteza significativa sobre sua realização. Considerando esses aspectos, a administração considera que as demonstrações contábeis representam adequadamente a realidade da companhia dos serviços oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os tributos, abatimentos e descontos. As receitas de serviços são reconhecidas quando, ou a medida em que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou serviço prometido ao cliente. As receitas de serviço são compostas por pacotes comerciais que combinam, em formato de assinatura mensal, sendo o reconhecimento das distintas, substancialmente similares, e com o mesmo padrão de transferência para o cliente. Os faturamentos são processos mensalmente de acordo com os ciclos de cobrança acordados com os clientes ao longo do mês. As receitas de prestação de serviços são representadas substancialmente por: • **Serviços de Comunicação Multimídia - SCM:** O Serviço de Comunicação Multimídia é um serviço fixo de telecomunicações de interesse coletivo de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia, permitindo inclusive o provimento de conexão à Internet. A Companhia presta serviços de conectividade ao cliente final (varejo). LANCIAL (transporte de dados entre dois pontos determinados), MPLS (transporte de dados entre dois pontos com base em comutação de pacotes ou comutação de circuitos) e links dedicados para clientes corporativos. • **Serviços de Valor Agregado:** São serviços de telecomunicações fornecidos sob demanda, incluindo o uso exclusivo ou auxiliar à atividade de telecomunicações, conforme detalhado na Lei Geral de Telecomunicações, e tem por objetivo oferecer serviços adicionais aos assinantes. Os Serviços de Fluxo Adicionado não estão sujeitos à regulamentação da Anatel. Atualmente, a Companhia oferece os serviços de streaming de vídeos, e-books e assistência técnica premium que compreendem um canal de atendimento dedicado, com acesso direto ao NOC (centro de monitoramento e suporte técnico) e acesso prioritário aos canais de atendimento pelos reparos preventivos. • **Dúvidas sobre:** Também caracterizados por SVAs, são serviços oferecidos como aluguel de roteador Wi-Fi, fornecimento de IP (endereço do Protocolo de Internet) e serviços de conexão à Internet, que consistem no roteamento do cliente para a navegação na rede mundial de computadores. 2.2. **Tributos:** Impostos de renda e contribuição social – correntes: A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e contribuição social – correntes. IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – 15% mais 10% sobre o montante do lucro que exceder R\$ 240 em lucro real por ano; CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - 9%. Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago para as autoridades tributárias, utilizando-se as alíquotas de tributos que estejam disponíveis nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. Tributos diferidos: Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de água ou gás e energia elétrica, este não é reconhecido; Quando o passivo fiscal diferido decorre de créditos e perdas tributárias disponíveis para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: Quando ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável; Quando o ativo fiscal diferido decorre de créditos e perdas tributárias disponíveis para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: Quando o valor contábil de todos os ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baseado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para utilização futura, os ativos fiscais diferidos são reduzidos até zero; Quando os ativos fiscais diferidos são revisados a cada data do balanço e não são reconhecidos na somente extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, a Companhia confia em premissas de projeções usadas nas demonstrações contábeis e em outros relatórios da administração. Ativos e passivos fiscais diferidos são avaliados com base no melhor julgamento da administração. Ativos e passivos fiscais diferidos são realizados ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida e, somente se, as entidades referidas possuem o direito legal de recuperar ou pagar a dívida, então os ativos e passivos fiscais correntes devem ser apresentados separadamente. Quando os ativos e passivos fiscais correntes forem pagos líquidos ou recuperados, o ativo e líquido ou passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legal necessário executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados. Tributos sobre vendas: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto para aqueles que são recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de venda, conforme o caso: (i) quando a empresa a pagar e o valor foram apresentados juntos com o valor dos tributos sobre vendas; e (iii) quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou não, foi incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço e não havia descrições nestas demonstrações contábeis, com suas respectivas alíquotas: PIS - Programa de Integração Social - 0,65%; COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - 3% a 7,5%; ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - 20% (PB, PE e ES); 20,5% (BA e AP); ISSQN - Impostos Sobre Qualquer Natureza - variáveis de acordo com a legislação local. 2.3. **Método funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais.

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 1976

disposto no inciso I do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. Considerando que a Companhia (I) tem como atividade principal a prestação de serviços de telecomunicações e tecnologia, incluindo serviços de comunicação multimídia (SCM), telefonia fixa comutada (STFC), televisão por assinatura, provimento de acesso às redes de comunicação e serviços de voz sobre protocolo de internet (VoIP), bem como a construção, operação e manutenção de redes e estações de telecomunicações; e (II) atua

		Ativo		Passivo	
		Circulante		Não Circulante	
		2024	2023	2024	2023
Balço patrimonial					
Ativo					
Circulante					
Fornecedores	8	16.617	19.337		
Empréstimos e financiamentos	9	32.243	21.274		
Instrumentos financeiros derivativos	23	1.296	-		
Débitos	10	18.654	19.745		
Obrigações trabalhistas	11	9.343	8.632		
Tributos a recolher	12	2.399	2.295		
Imposto de renda e contribuição social		489	-		
Parcelamentos tributários		650	-		
Obrigações por arrendamentos	13	8.412	7.627		
Dividendos a pagar	15	8.000	-		
Contas a pagar pela aquisição de ativos	14	14.209	19.109		
Total do passivo circulante		113.312	98.109		
Não circulante					
Fornecedores	8	1.046	1.991		
Empréstimos e financiamentos	9	130.427	58.527		
Débitos	10	25.727	44.984		
Obrigações por arrendamentos	13	10.909	14.812		
Tributos diferidos	19	4.147	4.145		
Parcelamentos tributários		2.124	20.935		
Contas a pagar pela aquisição de ativos	14	6.917	20.945		
Provisão para contingências	21	107	107		
Total do passivo não circulante		181.404	145.501		
Patrimônio líquido	15				
Capital social		80.172	76.533		
Ações em tesouraria		(12.745)	(9.068)		
Reserva de capital		9.000	9.000		
Reservas de lucros		6.952	12.565		
Total do patrimônio líquido		83.379	89.030		
Total do passivo e do patrimônio líquido		378.095	332.640		

Reservas de lucros	Reservas de lucros		Lucros	
	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Lucros retidos	Lucros acumulados
Reserva de capital	de capital	350	3.834	84.382
(5.335)	9.000	-	-	(3.733)
(3.733)	-	-	-	11.995
-	-	599	-	(599)
-	-	-	-	(3.614)
-	-	-	7.782	(7.782)
(9.068)	9.000	949	11.616	-
-	-	-	(3.639)	-
(3.677)	-	-	-	(3.677)
-	-	-	-	11.259
-	-	563	-	(563)
-	-	-	839	(839)
-	-	-	(8.000)	(5.233)
-	-	-	4.624	(4.624)
12.745	9.000	1.512	839	83.379

Monstrações contábeis

[illegible]

25 e 2024 (*Em milhares de reais, exceto o lucro por ação, expresso em reais*)

de serviços de tecnologia da informação, tratamento de dados, hospedagem e serviços digitais, além de atividades correlatas de informação, monitoramento, teletendimento, cobrança e locação de equipamentos, seu desempenho no exercício reflete, primordialmente, a execução de sua estratégia operacional, a eficiência de seus processos e a qualidade dos serviços ofertados. Os resultados alcançados no período possivelmente uma avaliação positiva da evolução das operações e das decisões de gestão adotadas. A Admi-

		Notas		2025	2024
Demonstração do resultado					
		16	207.330	171.773	
Receita líquida de serviços			(97.960)	(79.734)	
Custos dos serviços prestados			109.370	92.039	
Receitas					
Receitas operacionais		17	(46.063)	(37.078)	
Despesas gerais e administrativas		17	(19.543)	(18.183)	
Despesas com vendas					
Outras receitas operacionais, líquidas		17	2.807	1.765	
			(62.799)	(53.496)	
Lucros operacionais antes do resultado financeiro			46.571	38.541	
Resultado financeiro		18	9.945	6.227	
Receitas financeiras			(44.930)	(28.916)	
Despesas financeiras			(34.985)	(22.689)	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			11.586	15.854	
Imposto de renda e contribuição social		19			
Corrente			(315)	(202)	
Diferido			(12)	(3.657)	
			(327)	(3.859)	
Lucro líquido do exercício			11.259	11.995	
Média ponderada das ações ordinárias		15	1.284.597	1.300.490	
Lucro líquido, básico e diluído - em Reais			8,76	8,82	
Demonstração do resultado abrangente					
			2025	2024	
Lucro líquido do exercício			11.259	11.995	
Outros resultados abrangentes			-	-	
Total do resultado abrangente do exercício			11.259	11.995	
Demonstração do valor adicionado					
			2025	2024	
Receitas			224.277	187.455	
Receita operacional bruta deduzida de descontos			227.267	190.981	
Outras receitas			2.806	1.777	
Provisão para perdas de créditos esperadas			(5.796)	(5.293)	
Insumos adquiridos de terceiros			(55.705)	(45.234)	
Custo dos serviços prestados			(37.988)	(29.705)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros			(5.211)	(5.306)	
Perda (recuperação) de valores ativos			(6.737)	(4.713)	
Outros insumos			(5.769)	(5.606)	
Valor adicionado bruto			168.572	142.225	
Depreciação e amortização			(40.083)	(30.373)	
Valor adicionado líquido gerado			128.489	111.852	
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras			9.945	6.227	
Valor adicionado total a distribuir			138.434	118.079	
Distribuição do valor adicionado					
Impostos, taxas e contribuições			32.772	33.864	
Federais			15.889	18.553	
Estaduais			16.238	14.656	
Municipais			645	655	
Pessoal			49.722	42.530	
Remuneração			37.663	31.744	
FGTS			3.621	3.226	
Benefícios			8.438	7.560	
Remuneração de capitais de terceiros			44.682	29.689	
Juros, variações cambiais e despesas com financiamentos			25.835	19.055	
Aluguéis			1.070	1.141	
Outras			17.777	9.494	
Remuneração de capitais próprios					
Lucros retidos			11.258	11.995	
Valor adicionado			138.434	118.079	

partes de um item do ativo imobilizado possuem vidas úteis significativamente diferentes, essas partes constituem itens individualizados e são contabilizados e controlados separadamente, inclusive para fins de depreciação. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e os reconhecidos em "Outras receitas (despesas) não operacionais".

Ativos imobilizados são avaliados pelo menor valor entre o custo e o valor recuperável. Os subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são inicialmente reconhecidos. Quando a vida útil estimada de um ativo imobilizado muda, a contabilidade em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Ativos Intangíveis: Os ativos intangíveis são avaliados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor recuperável. Os ativos intangíveis são avaliados com base na construção ou produção de um ativo, que demande um período substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos durante sua fase de construção. A partir da data da entrada em operação do correspondente ativo, os custos capitalizados são depreciados pelo prazo de vida útil estimada do ativo. **2.9. Intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são reconhecidos pelo custo de aquisição. O direito de preferência de compra, a aquisição por reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente. A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados com relação a perda potencial por redução ao valor recuperável sempre que houver evidência de que o valor contábil excede o valor recuperável. Quando a amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados, no mínimo, no final de cada exercício social. Mudanças da vida útil estimada, ou no consumo esperado dos benefícios econômicos desses ativos, são reconhecidos por meio de modificações no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida. **Gaça:** entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **Carteira de clientes:** Foi utilizado o método de *residual Multi-Period Excess Earnings Method - MEE*, que possui como objetivo isolou o fluxo de caixa atribuível a um ativo intangível específico dos fluxos de caixa total. Nesse método são feitas estimativas contra o lucro líquido total, pelo uso de uma série de fatores, tais como: (i) taxa de crescimento; (ii) taxa de desconto; (iii) atribui princípios premiais utilizadas foram (i) taxa de retido (*churn*); (ii) rentabilidade atribuída a carteira; (iii) ativos contributórios; (iv) taxa de desconto formada pelo WACC adicionando um ajuste pelo risco do referido ativo; e (v) a vida útil estimada, a qual varia de 8 a 10 anos de acordo com a análise individualizada de cada carteira. **2.10. Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Se for o caso, o contrato é transferido para o ativo ou passivo de acordo com o critério estabelecido por um período curto de contraprestação. **Companhia como arrendatária:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de prazo curto e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso quando o contrato ou o acordo de arrendamento confere o direito de acesso exclusivo (isto está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remuneração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos inicialmente incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos quaisquer pagamentos recebidos em troca de ativos de direito de uso. Os ativos depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

[illegible]

expansão das atividades da Companhia, com foco na melhoria contínua dos serviços, na disciplina financeira e na geração sustentável de rentabilidade e valor aos acionistas. Entendo que era o que nos cabia até o momento, permanecemos à disposição para esclarecimentos adicionais em relação aos temas tratados acima.

Campanha Grande, 26 de junho de 2026

Leonardo de Lima Gomes Filho e Guilherme de Puppi e Silva

Demonstração dos fluxos de caixa		Notas	2025	2024
atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos sobre o lucro			11.585	15.854
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos sobre o lucro com o fluxo de caixa operacional:				
	Depreciação e amortização	17	39.736	30.373
	Reversões e variações monetárias, líquidas		21.086	19.597
	Ajuste à valor presente	18	7.208	316
	Provisão para perdas de crédito esperadas	4 e 17	6.345	4.186
	Valor residual de baixa de ativo imobilizado e arrendamentos		3.674	3.163
	Rendimentos sobre títulos e valores mobiliários		(3.861)	(2.831)
	Provisão para contingências	21	-	30
	Ajustes de marcação a mercado de derivativos	18	2.644	(1.348)
	Ajuste de preço	14	(2.996)	-
			85.421	72.470
(Acréscimo) decréscimo de ativos				
	Contas a receber		(9.149)	(12.599)
	Estoques		(13.761)	(2.471)
	Tributos a recuperar		(226)	(2.645)
	Despesas antecipadas		(38)	2
	Outros créditos		137	(507)
	Depósitos judiciais		(200)	(127)
(Acréscimo) (decréscimo) de passivos				
	Fornecedores		(16.647)	(14.059)
	Obrigações trabalhistas		(1.841)	1.245
	Parcelamentos tributários		2.724	-
	Fributos a receber		279	-
	Lucro líquido gerado pelas atividades operacionais		50.356	41.309
	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	9	(7.368)	(6.864)
	Pagamento de juros sobre arrendamentos	13	(2.878)	(2.730)
	Pagamento de juros sobre debêntures	10	(10.200)	(10.648)
	Lucro líquido gerado pelas atividades operacionais		29.910	21.067
atividades de investimento				
	Aquisições em títulos e valores mobiliários		(205.657)	(111.631)
	Resgates de títulos e valores mobiliários		152.968	139.581
	Aquisições de imobilizado	6	(4.858)	(1.534)
	Aquisições de intangível	7	(2.201)	(21.989)
	Recebimento por alienação de ativo imobilizado		24	-
	Pagamento de conta a pagar pela aquisição de ativos	14	(19.199)	(59.248)
	Lucro líquido aplicado nas atividades de investimento		(76.942)	(54.821)
atividades de financiamento				
	Captação de empréstimos e financiamentos	9	117.948	66.104
	Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	9	(35.182)	(12.773)
	Pagamento de principal de debêntures	10	(19.335)	(4.884)
	Pagamento de principal de arrendamentos	13	(8.226)	(6.336)
	Dividendos pagos	15 (c)	(5.263)	(3.614)
	Recupera de caixa	15 (b)	(3.677)	(3.730)
	Lucro líquido gerado pelas atividades de financiamento		45.595	34.766
	(Acréscimo) (decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa		(1.437)	1.010
	Lucro líquido gerado pelas atividades de investimento			
	Lucro líquido gerado pelas atividades de financiamento			
	(Acréscimo) (decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa			
	Lucro líquido gerado pelas atividades de investimento			
	Lucro líquido gerado pelas atividades de financiamento			
	(Acréscimo) (decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa			
	Lucro líquido gerado pelas atividades de investimento			
	Lucro líquido gerado pelas atividades de financiamento			
	(Acréscimo) (decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa			
	Lucro líquido gerado pelas atividades de investimento			
	Lucro líquido gerado pelas atividades de financiamento			
	(Acréscimo) (decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa			
	Lucro líquido gerado pelas atividades de investimento			
	Lucro líquido gerado pelas atividades de financiamento			
	(Acréscimo) (decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa			
	Lucro líquido gerado pelas atividades de investimento			
	Lucro líquido gerado pelas atividades de financiamento			
	(Acréscimo) (decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa			
	Lucro líquido gerado pelas atividades de investimento			
	Lucro líquido gerado pelas atividades de financiamento			
	(Acréscimo) (decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa			
	Lucro líquido gerado pelas atividades de investimento			
	Lucro líquido gerado pelas atividades de financiamento			
	(Acréscimo) (decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa			
	Lucro líquido gerado pelas atividades de investimento			
	Lucro líquido gerado pelas atividades de financiamento			
	(Acréscimo) (decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa			
	Lucro líquido gerado pelas atividades de investimento			
	Lucro líquido gerado pelas atividades de financiamento			
	(Acréscimo) (decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa			
	Lucro líquido gerado pelas atividades de investimento			
	Lucro líquido gerado pelas atividades de financiamento			
	(Acréscimo) (decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa			
	Lucro líquido gerado pelas atividades de investimento			
	Lucro líquido gerado pelas atividades de financiamento			
	(Acréscimo) (decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa			

partes da sua estratégia de expansão, a Companhia possui como prática a aquisição de clientes e ativos fluxos de provedores de Internet em regiões em que a Companhia não possui presença física, o que possibilita a criação de novos pontos de venda de clientes. A cada aquisição efetuada a Companhia avalia se está adquirindo um conjunto de ativos que constitui um negócio de acordo com o CPC 15 - Combinação de ativos que estariam no escopo do CPC 04 - Ativo Intangível e CPC 27 - Ativo Imobilizado. Na avaliação a administração considera se os requisitos dos Itens CPC15.87 e 812D estão sendo atendidos e se os ativos adquiridos são capazes de gerar benefícios econômicos futuros. **2.13. Incertezas e premissas:** As principais premissas relativas ao futuro e outras principais fontes de incerteza nas estimativas na data das demonstrações contábeis, que têm um impacto significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício social, estão descritas a seguir. A Companhia possui essas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações contábeis foram preparadas. A administração reconhece que essas premissas e estimativas sobre o futuro e outros fluxos podem mudar devido a alterações de mercado ou circunstâncias que estão além do controle da Companhia. Tais mudanças são refletidas nas premissas quando ocorrem. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Quando a perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o valor recuperável, a perda é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor em valor. **Arendamentos:** Estimativa da taxa incremental dos arrendamentos: A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo arrendado. A administração reconhece que a taxa incremental é um conceito econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na mesma modalidade de uma subsidiária). A Companhia estima a taxa incremental a partir de fontes externas e a taxa de juros de mercado para a mesma modalidade de empréstimo nesta estimativa superior a que se específicos da Companhia (ou o rating de crédito da subsidiária). **Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de forma confiável, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado de instrumentos financeiros. A administração reconhece que a avaliação de mercado (pagamento é requerido para estabelecer o valor justo). O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo representado dos instrumentos financeiros. **Provisões para contingências:** A avaliação da probabilidade de perda resulta da avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das quais, de acordo com o pronunciamento da administração, é baseada no julgamento da administração. A administração reconhece o julgamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são avaliadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos e prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Provisão para perdas de crédito:** A administração reconhece que a avaliação de crédito para calcular a perda por redução ao valor esperado para contas a receber e ativos de contrato, o valor justo aplicado nas demonstrações baseadas em dias de atraso para argumentos de vários segmentos de clientes que representam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). As informações sobre os dados de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato da Companhia são baseadas em informações históricas e projetadas futuras que se baseiam em estimativas de perdas fiscais não utilizados no contexto em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros. Juntamente com as estratégias de planejamento fiscal futuras. A Companhia apresenta prejuízos fiscais acumulados em períodos anteriores que não foram utilizados para fins de compensação com base negativa, não preservem e podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável e reversão de diferenças temporárias tributáveis futuras. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em cada exercício fiscal. **Definição de vidas úteis de ativo imobilizado e intangível:** Os ativos não imobilizados e intangíveis são depreciados e amortizados, respectivamente, de forma sistemática com base em suas vidas úteis estimadas. As vidas úteis são determinadas com base em informações históricas e projetadas futuras que se baseiam em estimativas de vidas úteis que não podem vir a não se realizar de acordo com o previsto, podendo divergir em relação a taxas inicialmente estimadas. As vidas úteis das carteiras de clientes adquiridas constituem o prazo estimado em que a carteira gera benefícios econômicos para a Companhia. **2.14. Informações por segmento:** Segmentos operacionais são definidos como componentes da Companhia que representam atividades distintas e geram resultados operacionais e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinar o desempenho de um segmento, a administração não apresenta informações por segmento. Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados mensalmente e os ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ativo a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, em seus respectivos ativos e passivos. **2.17. Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são benefícios financeiros recebidos da administração de governos, incluindo subsídios e condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a uma item de despesa, é reconhecido como receita no longo período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas associadas. Quando o benefício se refere a um item de receita, é reconhecido como receita no longo período do benefício. Quando o benefício se refere a um ativo, é reconhecido como receita no longo período do benefício. **2.18. Distribuição de lucros:** A distribuição de lucros é determinada com base no lucro líquido e em base sistêmica e racionalizada para o pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa. A distribuição de lucros é determinada com base no lucro líquido e em base sistêmica e racionalizada para o pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa. **2.19. Demonstração dos fluxos de caixa:** A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **2.20. Pronunciamento:** A administração reconhece que a avaliação de crédito para calcular a perda por redução ao valor esperado para contas a receber e ativos de contrato, o valor justo aplicado nas demonstrações baseadas em dias de atraso para argumentos de vários segmentos de clientes que representam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). As informações sobre os dados de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato da Companhia são baseadas em informações históricas e projetadas futuras que se baseiam em estimativas de perdas fiscais não utilizados no contexto em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros. Juntamente com as estratégias de planejamento fiscal futuras. A Companhia apresenta prejuízos fiscais acumulados em períodos anteriores que não foram utilizados para fins de compensação com base negativa, não preservem e podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável e reversão de diferenças temporárias tributáveis futuras. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em cada exercício fiscal. **Definição de vidas úteis de ativo imobilizado e intangível:** Os ativos não imobilizados e intangíveis são depreciados e amortizados, respectivamente, de forma sistemática com base em suas vidas úteis estimadas. As vidas úteis são determinadas com base em informações históricas e projetadas futuras que se baseiam em estimativas de vidas úteis que não podem vir a não se realizar de acordo com o previsto, podendo divergir em relação a taxas inicialmente estimadas. As vidas úteis das carteiras de clientes adquiridas constituem o prazo estimado em que a carteira gera benefícios econômicos para a Companhia. **2.21. Informações por segmento:** Segmentos operacionais são definidos como componentes da Companhia que representam atividades distintas e geram resultados operacionais e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinar o desempenho de um segmento, a administração não apresenta informações por segmento. Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados mensalmente e os ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ativo a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, em seus respectivos ativos e passivos. **2.17. Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são benefícios financeiros recebidos da administração de governos, incluindo subsídios e condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a uma item de despesa, é reconhecido como receita no longo período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas associadas. Quando o benefício se refere a um item de receita, é reconhecido como receita no longo período do benefício. Quando o benefício se refere a um ativo, é reconhecido como receita no longo período do benefício. **2.18. Distribuição de lucros:** A distribuição de lucros é determinada com base no lucro líquido e em base sistêmica e racionalizada para o pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa. A distribuição de lucros é determinada com base no lucro líquido e em base sistêmica e racionalizada para o pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa. **2.19. Demonstração dos fluxos de caixa:** A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **2.20. Pronunciamento:** A administração reconhece que a avaliação de crédito para calcular a perda por redução ao valor esperado para contas a receber e ativos de contrato, o valor justo aplicado nas demonstrações baseadas em dias de atraso para argumentos de vários segmentos de clientes que representam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). As informações sobre os dados de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato da Companhia são baseadas em informações históricas e projetadas futuras que se baseiam em estimativas de perdas fiscais não utilizados no contexto em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros. Juntamente com as estratégias de planejamento fiscal futuras. A Companhia apresenta prejuízos fiscais acumulados em períodos anteriores que não foram utilizados para fins de compensação com base negativa, não preservem e podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável e reversão de diferenças temporárias tributáveis futuras. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em cada exercício fiscal. **Definição de vidas úteis de ativo imobilizado e intangível:** Os ativos não imobilizados e intangíveis são depreciados e amortizados, respectivamente, de forma sistemática com base em suas vidas úteis estimadas. As vidas úteis são determinadas com base em informações históricas e projetadas futuras que se baseiam em estimativas de vidas úteis que não podem vir a não se realizar de acordo com o previsto, podendo divergir em relação a taxas inicialmente estimadas. As vidas úteis das carteiras de clientes adquiridas constituem o prazo estimado em que a carteira gera benefícios econômicos para a Companhia. **2.21. Informações por segmento:** Segmentos operacionais são definidos como componentes da Companhia que representam atividades distintas e geram resultados operacionais e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinar o desempenho de um segmento, a administração não apresenta informações por segmento. Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados mensalmente e os ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ativo a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, em seus respectivos ativos e passivos. **2.17. Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são benefícios financeiros recebidos da administração de governos, incluindo subsídios e condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a uma item de despesa, é reconhecido como receita no longo período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas associadas. Quando o benefício se refere a um item de receita, é reconhecido como receita no longo período do benefício. Quando o benefício se refere a um ativo, é reconhecido como receita no longo período do benefício. **2.18. Distribuição de lucros:** A distribuição de lucros é determinada com base no lucro líquido e em base sistêmica e racionalizada para o pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa. A distribuição de lucros é determinada com base no lucro líquido e em base sistêmica e racionalizada para o pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa. **2.19. Demonstração dos fluxos de caixa:** A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **2.20. Pronunciamento:** A administração reconhece que a avaliação de crédito para calcular a perda por redução ao valor esperado para contas a receber e ativos de contrato, o valor justo aplicado nas demonstrações baseadas em dias de atraso para argumentos de vários segmentos de clientes que representam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). As informações sobre os dados de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato da Companhia são baseadas em informações históricas e projetadas futuras que se baseiam em estimativas de perdas fiscais não utilizados no contexto em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros. Juntamente com as estratégias de planejamento fiscal futuras. A Companhia apresenta prejuízos fiscais acumulados em períodos anteriores que não foram utilizados para fins de compensação com base negativa, não preservem e podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável e reversão de diferenças temporárias tributáveis futuras. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em cada exercício fiscal. **Definição de vidas úteis de ativo imobilizado e intangível:** Os ativos não imobilizados e intangíveis são depreciados e amortizados, respectivamente, de forma sistemática com base em suas vidas úteis estimadas. As vidas úteis são determinadas com base em informações históricas e projetadas futuras que se baseiam em estimativas de vidas úteis que não podem vir a não se realizar de acordo com o previsto, podendo divergir em relação a

continua → ★

➔ continuação

aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As principais alterações introduzidas são as seguintes: • Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. • Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. • Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados. • Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI). As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações contábeis, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC 3. **Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:**

	2025	2024
3.1. Caixa e equivalentes de caixa:	81	661
Contas-correntes bancárias	<u>389</u>	<u>1.246</u>
Aplicações financeiras	470	1.907

As aplicações financeiras registradas no ativo circulante como equivalentes de caixa estão representadas por recursos aplicados cuja rentabilidade varia de 100% a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (2024: 100% a 101% do CDI) e foram contratuais em condições e taxas normais de mercado, com vencimentos de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de aquisição, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2. Títulos e valores mobiliários:

	2025	2024
Fundo de investimento (aplicação financeira vinculada) (a)	<u>69.945</u>	<u>18.229</u>
CDB (b)	77.634	21.084

(a) Refere-se a aplicação em fundo de investimento com remuneração média de 100% do CDI (31 de dezembro de 2024: 101% do CDI). A referida aplicação era vinculada às debêntures divulgadas na Nota 10. (b) Refere-se a aplicação em Certificado de Depósito Bancário utilizada, em parte, como garantias concedidas no processo de captação de empréstimos e financiamentos (Nota 9). Em 31 de dezembro de 2025, os títulos possuíam remuneração média equivalente a 100% do CDI.

	2025	2024
4. Contas a receber:	1.442	1.049
Operadoras de cartão de crédito	<u>35.803</u>	<u>31.452</u>
Clientes por duplicatas	37.245	32.501
	<u>(9.643)</u>	<u>(7.703)</u>
Provisão para perdas de crédito esperadas	<u>27.602</u>	<u>24.798</u>

A seguir estão demonstrados os saldos de recebíveis por idade de vencimento:

	2025	2024
A vencer	19.630	18.370
Entre 1 e 30 dias	1.111	1.361
Entre 31 e 60 dias	80	18
Entre 61 e 90 dias	7	21
Acima de 90 dias	<u>19.712</u>	<u>18.528</u>

	2025	2024
Vencidos	3.273	3.640
Entre 1 e 30 dias	1.111	1.361
Entre 31 e 60 dias	850	605
Entre 61 e 90 dias	727	601
Acima de 120 dias	<u>11.573</u>	<u>7.766</u>
	<u>17.354</u>	<u>13.973</u>
	<u>37.246</u>	<u>32.501</u>

Provisão para perdas de crédito esperadas: A Companhia utiliza uma abordagem simplificada a fim de constituir a provisão considerando as contas a receber consideradas de difícil realização. A Companhia considera o prazo de vencimento do título e realiza eventuais complementos da provisão. Os montantes a receber, líquidos da provisão para perdas de crédito, configuram a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia, na avaliação da sua administração. O risco de crédito das contas a receber é oriundo da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes da prestação de serviços. A provisão para perdas de recebimento de créditos é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas esperadas sobre os valores a receber. A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Saldo inicial	7.703	7.395
Constituição (reversão)	6.345	4.116
Recuperação de crédito	64.800	2.855
Reversão de crédito	<u>(549)</u>	<u>(549)</u>
Saldo final	<u>(3.856)</u>	<u>(3.808)</u>

As adições de provisão são registradas ao resultado do exercício, líquidas das reversões. As baixas de títulos por perdas ou títulos que foram recuperados são registrados em contrapartida ao contas a receber. **Ajuste a valor presente:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui nenhuma operação de contas a receber que seja objeto de ajuste fletivo de ajuste a valor presente nos seus saldos contábeis. O prazo médio de recebimentos era de 56 dias (54 dias em 31 de dezembro de 2024).

	2025	2024
5. Tributos a recuperar:	8.074	8.881
ICMS (a)	311	311
IRPJ	72	4
CSLL	<u>2.210</u>	<u>1.860</u>
IRRF	<u>11.319</u>	<u>11.093</u>
	<u>8.216</u>	<u>6.362</u>

Circulante
Não circulante
(a) O ICMS a recuperar corresponde, substancialmente, aos créditos sobre compra de bens para o ativo imobilizado, em observância à legislação do ICMS.

	2025	2024
6. Imobilizado:		
	de depre-	ciação
	(média a.a.)	Custo
Depreciação acumulada		
Saldo líquido		
Saldo líquido		

	2025	2024
Backbone	11%	8.110
FTTH/Backhaul	10%	64.800
Equipamento de comunicação	14%	25.905
Equipamento de comunicação P.V.	12%	89.023
Máquinas e equipamentos operacionais	10%	9.403
Máquinas e equipamentos administrativos	10%	1.784
Móveis e utensílios	7%	2.271
Benefícios em imóveis de terceiros	10%	8.134
Computadores e periféricos	16%	3.559
Veículos	14%	16.460
Instalações (ativações de clientes)	24%	16.251
Imobilizado em andamento	-	7.681
	<u>242.561</u>	<u>(82.472)</u>

A seguir está apresentada a movimentação do ativo imobilizado:

	Saldo em 2024	Adições	Transfe- rências	Depre- ciação	Saldo em 2025
Backbone	5.450	21	(302)	852	5.228
FTTH/Backhaul	45.731	386	275	3.237	43.259
Equipamento de comunicação	15.239	610	(53)	1.415	13.331
Equipamento P.V.	51.846	1747	(3.615)	1.928	57.439
Máquinas e equipamentos operacionais	6.608	744	(5)	482	6.791
Máquinas e equipamentos administrativos	1.480	49	-	42	1.404
Móveis e utensílios	1.780	87	-	44	1.762
Benefícios em imóveis de terceiros	6.155	644	-	404	6.423
Computadores e periféricos	1.929	291	-	1	1.643
Veículos	3.397	7	-	40	2.720
Instalações (ativações de clientes)	7.303	8.057	-	(1)	12.348
Imobilizado em andamento	5.381	5.216	-	(2.916)	7.681
	<u>152.299</u>	<u>30.859</u>	<u>(3.700)</u>	<u>5.882</u>	<u>(25.251)</u>

(a) Inclui o montante de R\$ 13.633 recebido por transferência dos estoques relativos, principalmente, a equipamentos de comunicação instalados por ocasião da ativação dos contratos de clientes. (b) Reclassificação entre Imobilizado e Intangível decorrente da constituição do processo de venda justo das carteiras de clientes e identificação dos ativos fixos adquiridos (Nota 7).

	Saldo em 2024	Adições	Transfe- rências	Depre- ciação	Saldo em 2025
Backbone	5.450	21	(302)	852	5.228
FTTH/Backhaul	45.731	386	275	3.237	43.259
Equipamento de comunicação	15.239	610	(53)	1.415	13.331
Equipamento P.V.	51.846	1747	(3.615)	1.928	57.439
Máquinas e equipamentos operacionais	6.608	744	(5)	482	6.791
Máquinas e equipamentos administrativos	1.480	49	-	42	1.404
Móveis e utensílios	1.780	87	-	44	1.762
Benefícios em imóveis de terceiros	6.155	644	-	404	6.423
Computadores e periféricos	1.929	291	-	1	1.643
Veículos	3.397	7	-	40	2.720
Instalações (ativações de clientes)	7.303	8.057	-	(1)	12.348
Imobilizado em andamento	5.381	5.216	-	(2.916)	7.681
	<u>152.299</u>	<u>30.859</u>	<u>(3.700)</u>	<u>5.882</u>	<u>(25.251)</u>

(a) Inclui o montante de R\$ 13.633 recebido por transferência dos estoques relativos, principalmente, a equipamentos de comunicação instalados por ocasião da ativação dos contratos de clientes. (b) Reclassificação entre Imobilizado e Intangível decorrente da constituição do processo de venda justo das carteiras de clientes e identificação dos ativos fixos adquiridos (Nota 7).

	Saldo em 2024	Adições	Transfe- rências	Depre- ciação	Saldo em 2025
Backbone	5.450	21	(302)	852	5.228
FTTH/Backhaul	45.731	386	275	3.237	43.259
Equipamento de comunicação	15.239	610	(53)	1.415	13.331
Equipamento P.V.	51.846	1747	(3.615)	1.928	57.439
Máquinas e equipamentos operacionais	6.608	744	(5)	482	6.791
Máquinas e equipamentos administrativos	1.480	49	-	42	1.404
Móveis e utensílios	1.780	87	-	44	1.762
Benefícios em imóveis de terceiros	6.155	644	-	404	6.423
Computadores e periféricos	1.929	291	-	1	1.643
Veículos	3.397	7	-	40	2.720
Instalações (ativações de clientes)	7.303	8.057	-	(1)	12.348
Imobilizado em andamento	5.381	5.216	-	(2.916)	7.681
	<u>152.299</u>	<u>30.859</u>	<u>(3.700)</u>	<u>5.882</u>	<u>(25.251)</u>

Vida útil dos ativos imobilizados e softwares: A Administração avaliou que não houve mudanças no padrão de uso dos ativos que diferisse das estimativas anteriores e não identificou necessidade de ajuste na vida útil anteriormente definida. A depreciação e amortização são calculadas de forma linear ao longo da vida útil dos respectivos ativos, pelas taxas demonstradas a seguir:

	2025	2024
Backbone	11%	11%
FTTH/Backhaul	10%	10%
Equipamento de comunicação	13%	14%
Equipamento de comunicação (pequeno valor)	13%	12%
Máquinas e equipamentos operacionais	10%	10%
Benefícios em imóveis de terceiros	10%	10%
Computadores e periféricos	18%	16%
Máquinas e equipamentos administrativos	10%	10%
Móveis e utensílios	7%	7%
Veículos	14%	14%
Software	10%	10%
Instalações (ativações de clientes)	24%	24%

Impairment: A Companhia analisa periodicamente a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. Após análise interna, a Administração concluiu não haver indicativos de *impairment* sobre os bens componentes do ativo imobilizado para 31 de dezembro de 2025. **Bens dados em garantia:** Os bens do ativo imobilizado dados em garantia estão divulgados na Nota 10.

	2025	2024
Descrição de intangível		
Software	10%	1.609
Carteira de clientes (a)	10%	91.027
	<u>92.636</u>	<u>(18.929)</u>

A seguir está apresentada a movimentação do ativo intangível:

	Saldo em 2024	Adições	Amortização	Movimentação	Saldo em 2025
Descrição					
Software	997	218	(131)	-	1.084
Carteira de clientes (a)	89.419	22	(5.590)	(11.208)	72.622
	<u>90.416</u>	<u>220</u>	<u>(5.721)</u>	<u>(11.208)</u>	<u>73.707</u>

	Saldo em 2023	Adições	Amortização	Movimentação	Saldo em 2024
Descrição					
Software	551	545	(99)	-	997
Carteira de clientes (a)	38.422	62.151	(4.796)	(6.358)	89.419
	<u>38.973</u>	<u>62.696</u>	<u>(4.895)</u>	<u>(6.358)</u>	<u>90.416</u>

(a) As carteiras de clientes contabilizadas são resultado das aquisições de ativos intangíveis de provedores regionais. A Companhia utilizou trabalhos de especialistas internos para avaliar sua vida útil (Vida Útil Nota 2.9). (b) Reclassificação entre Imobilizado e Intangível decorrente da conclusão do processo de avaliação do valor justo das carteiras de clientes e identificação dos ativos fixos adquiridos (Nota 6). Como parte de sua estratégia de expansão comercial, a Companhia adquire ativos de provedores regionais, concentrados em imobilizados operacionais e intangíveis (carteiras de clientes), os quais são registrados pelo custo de aquisição determinado com base no valor justo nas respectivas aquisições. **Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos:** Ativos com vida útil definida: A Companhia avalia anualmente se há evidências que indiquem que o valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida possa ter sofrido redução em relação aos valores registrados contabilmente. Quando tais evidências são identificadas testes detalhados de recuperabilidade (*impairment*) para essa categoria de ativos são procedidos. Nas datas dos balanços não foram identificados indicadores ou fatores de que os valores registrados contabilmente não sejam recuperáveis.

	2025	2024
8. Fornecedores:	13.442	20.221
Fornecedores de investimentos (imobilizado e estoques)	4.930	2.495
Outros fornecedores	<u>18.372</u>	<u>22.716</u>
	<u>(709)</u>	<u>(1.388)</u>
Ajuste a valor presente	<u>17.663</u>	<u>21.327</u>
	<u>16.617</u>	<u>19.939</u>

Circulante
Não circulante
(a) Refere-se a compra de equipamentos de pequeno valor e outros ativos operacionais cujo prazo de pagamento acordado junto aos fornecedores supera 12 meses a partir da data-base. **Ajuste a valor presente:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não gistou ajuste a valor presente sobre contas a pagar a fornecedores nos montantes de R\$709 e R\$ 1.388, respectivamente. O saldo classificado como não circulante possui vencimento em até 3 anos (2024: 3 anos) e foi descontado por uma taxa equivalente a 1,39% a.m. (2024: 1,39% a.m.) que representa o custo ponderado médio de captação da Companhia.

		TR + 1,20%		
BWDE	FUST - Investimento	TR + 2,70%	79.382	25.665
Bradesco	Giro cambial 4131	7,40% a.a. + VC	15.754	21.851
Santander	Giro cambial 4131	7,80% a.a. + VC	1.402	1.000
Itaú Unibanco	Capital de Giro - FGI	21,27% a.a.	5.342	4.674
Banco do Brasil	Capital de Giro	20,6% a.a.	1.638	-
Banco Votorantim	Nota comercial	16,95% a.a.	9.760	-
Banco ABC	Giro cambial 4131	6,9% a.a. + VC	5.083	-
Banco ABC	CCB	CDI + 4,13%	0.039	-
Caixa Econômica Federal	Capital de giro	CDI + 2,6% a.a.	19.949	-
Caixa Econômica Federal	Capital de giro	19,63% a.a.	10.068	-
			162.670	79.801

Circulante
Não circulante
A movimentação dos empréstimos e financiamentos para o exercício está assim representada:

	2025	2024
2025	79.801	25.799
Captação	117.748	66.104
Juros incorridos	9.565	5.500
Variações monetárias e cambiais	<u>(1.852)</u>	<u>1.986</u>
Pagamento de principal	<u>(35.182)</u>	<u>(21.773)</u>
Pagamento de juros	<u>(7.368)</u>	<u>(6.864)</u>
Apropriação dos custos de captação	186	49
Descontos obtidos	<u>(228)</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>162.670</u>	<u>79.801</u>

Os montantes vencíveis a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento dos contratos:

	2025	2024
2025	25	11.513
2026	31.457	14.359
2027	24.931	8.486
2028	16.701	3.881
2029	6.637	6.637
2030	-	-
2031 a 2039	<u>50.701</u>	<u>33.644</u>
	<u>130.427</u>	<u>58.527</u>

Garantias: As operações de empréstimos e financiamentos da Companhia estão asseguradas por cessão fiduciária de recebíveis, garantias reais de veículos operacionais, aval de acionistas e bens do ativo imobilizado. **10. Debêntures:**

Circulante	19.654	19.745
Não circulante	25.727	44.984
(i) Primeira emissão de debêntures: Em 03 de abril de 2023, a Companhia emitiu 70.000 (setenta mil) debêntures, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real e com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), perfazendo o montante total de		

Circulante
Não circulante
(a) Primeira emissão de debêntures: Em 03 de abril de 2023, a Companhia emitiu 70.000 (setenta mil) debêntures, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), perfazendo o montante total de R\$70.000, as quais foram objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação. Sobre o saldo devido pelo valor unitário incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescidos de 5% a.a. Os juros remuneratórios são pagos mensalmente a partir da data de emissão das debêntures, tendo sido o primeiro pagamento liquidado no dia 15 de maio de 2023. O pagamento final deve ser realizado na data de vencimento final em 13 de abril de 2028. As debêntures têm prazo de 60 meses a contar da data de emissão com pagamentos do saldo principal a serem realizados em 43 parcelas mensais e consecutivas durante a vigência do contrato. Em 13 de outubro de 2024 foi realizado o pagamento da primeira parcela de principal. A última parcela será paga em 13 de abril de 2028. Os custos de emissão das debêntures, são amortizados ao resultado pelo método do custo efetivo e estão apresentados na rubrica “Debêntures”, como redutora do saldo total conforme determinado pelo CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários (IAS 39). A movimentação das debêntures está assim representada:

	2025	2024
Saldo inicial	64.729	69.400
Juros incorridos	10.110	10.626
Pagamento de juros	(10.020)	(10.648)
Pagamento de principal	<u>(19.535)</u>	<u>(4.884)</u>
Apropriação dos custos de captação	277	235
Saldo final	<u>45.381</u>	<u>64.729</u>

Os montantes vencíveis a longo prazo têm a seguinte composição:

	2025	2024
2025	19.535	19.535
2026	6.512	6.512
2027	26.047	45.582
2028	<u>(3.202)</u>	<u>(598)</u>
	<u>25.727</u>	<u>44.982</u>

Cláusulas restritivas: As debêntures contratadas contêm cláusulas restritivas (*covenants*), pela qual a relação entre a dívida líquida e o passivo por aquisição de sociedades dividido pelo EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a 2,0 vezes, medido anualmente sempre em 31 de dezembro. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia atendeu todas as exigências legais relacionadas ao tema. **Garantias:** As debê

<